

O DE MILITIA, DE LEONARDO BRUNI

Fabrina Magalhães Pinto¹

Alexander de Carvalho²

Resumo: Concluído em dezembro de 1421, o *De Militia* representa a mais alta expressão do pensamento do humanista e chanceler florentino, Leonardo Bruni, no campo social e político, antes da escrita das *Historiae florentini populi*. Esta importante obra do pensamento político renascentista se diferencia pela ausência de ênfase retórica e encomiástica que permeia as obras anteriores de Bruni, como a *Laudatio* e a *Oratio*. No *De Militia* o humanista trata das características históricas do exército analisando-as a partir de quatro tópicos centrais: 1) a origem histórica e filosófica da milícia; 2) as conexões entre a moderna milícia florentina e as milícias de tempos passados; 3) a reputação do soldado, suas vestes e ornamentos e 4) a posição e conduta do soldado não só em tempos de guerra, mas também em tempos de paz. Ainda sem tradução para o português, este artigo traduz a obra em sua integralidade, inserindo notas explicativas ao texto e uma breve apresentação.

Palavras-chave: Leonardo Bruni. *De Militia*. *Vita ativa*.

THE DE MILITIA, BY LEONARDO BRUNI

Abstract: Completed in December 1421, *De Militia* represents the highest expression of the thought of the Florentine humanist and chancellor, Leonardo Bruni, in the social and political field, before the writing of *Historiae florentini populi*. This important work of Renaissance political thought is distinguished by the lack of rhetorical and encomiastic emphasis that permeates Bruni's previous works, such as *Laudatio* and *Oratio*. In *De Militia*, the humanist deals with the historical characteristics of the army, analyzing them based on four central topics: 1) the historical and philosophical origin of the militia; 2) the connections between the modern Florentine militia and the militias of past times; 3) the reputation of the soldier, his clothing and ornaments and 4) the position and conduct of the soldier not only in times of war but also in times of peace. Still without translation into Portuguese, this article translates the work in its entirety, inserting explanatory notes to the text and a brief presentation of the work.

Keywords: First. Second. Third. Fourth.

¹ Professora do Departamento de História da UFF (PUCG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0342630078480911>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5088-9125>. E-mail: fabrinamagalhaes@gmail.com.

² Doutor em Filosofia pela UERJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1467359970577646>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7793-0929>. E-mail: carvalhoalexander@gmail.com.

1 Introdução

O humanista, historiador, tradutor e chanceler florentino Leonardo Bruni³ (1370-1444) é autor de várias obras de grande relevância para compreendermos não apenas o cenário republicano em inícios do *Quattrocento* como também para entendermos as bases da formação e disseminação do humanismo, sendo Florença e o círculo composto por homens como Coluccio Salutati, Pier Paolo Vergerio e Bruni o grande polo de disseminação de ideais como liberdade, participação cívica e *vita activa*.

Como um dos fundadores do humanismo, Bruni contribuiu de forma decisiva para a circulação de obras que ele considerava de suma relevância intelectual, moral e civil, traduzindo autores como São Basílio (*Oratio Ad adolescentes*), Xenofonte (*Sobre a tirania*), Platão (*Fédon*, *Górgias*, *Críton*, *Apologia de Sócrates* e as *Cartas*), Plutarco (*A vida de Marco Antônio*, *Vida de Catão* e *Vida de Emílio Paulo*), Aristófanes (*Pluto*), Demóstenes (*Pró Ctesifonte*) e Aristóteles (*Ética a Nicômaco*, *Econômicos* e *a Política*)⁴.

Entre as suas obras políticas, segundo um dos grandes analistas modernos – Paolo Viti –, podemos citar a *Laudatio florentinae urbis*⁵, a *Oratio in funere Iohannis Strozzae*, o *De Militia* e a *Constitutio florentinae*.

O estudo mais detalhado sobre o *De Militia* (escrito em 1421 e dedicado a Reinaldo Albizi) ainda é aquele realizado por C. C. Bayley⁶, publicado em 1961, quem vê a obra essencialmente como uma crítica às tropas formadas por mercenários e uma tentativa de se restabelecer o valor das milícias cidadãs. Segundo Hankins⁷, a interpretação de Bayley foi criticada já na década de 1960

³ Para uma biografia aprofundada do humanista, conferir: GRIFFITHS, G; HANKINS, J; THOMPSON, D. (ed.). *The Humanismo of Leonardo Bruni. Selected Texts*. Birmingham: New-York. Renaissance Society of America, 1987, p. 15-46. Sobre a sua carreira na cúria ver: G. GUALDO. Leonardo Bruni segretario papale (1405-1415) in: *Leonardo Bruni Cancelliere della Repubblica di Firenze*, Convegno di studi (Firenze, 27-29 ottobre 1987), éd. P. Viti, Firenze 1990, pp. 73-96. Para maiores informações sobre a vida e obra de Bruni, ver: HANKINS, J. Coluccio Salutati e Leonardo Bruni. In: CILIBERTO, M. (org.). *Enciclopedia Italiana. Ottava appendice. Il contributo italiano alla storia del pensiero*. Filosofia, Roma 2012, 85-94.

⁴ Sobre a versão bruniana do Fédon, ver HANKINS, J. *Plato in Renaissance*, Leida, Brill, 1991, vol. 1, p. 46-48. Sobre a tradução plutarquiana ver: IANZITI, G. *The Plutarchan Option: Leonardo Bruni's Early Careers in History*, 1405-1414. Para um panorama completo de todas as traduções brunianas, ver: BOTLEY, P. *Latin translation in the Renaissance. The theory and practice of Leonardo Bruni, Giannozzo Manetti and Desiderius Erasmus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

⁵ Para a tradução da *Laudatio* para o português ver: *Elogio da cidade de Florença*. Tradução e revisão Fabrina Magalhães Pinto e Alexander Viana. *Revista Morus*, Campinas, v. 11. n. 2, p. 245-335, 2016.

⁶ BAYLEY, C.C. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia of Leonardo Bruni*. University of Toronto Press. 1961.

⁷ Ver: HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia*. Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011.

por autores como Paul Oskar Kristeller, Sergio Bertelli e Hermann Goldbrunner. Para Kristeller, o *De Militia* deveria ser traduzido como "Da cavalaria" e não como "Da milícia" ou "Do exército". Como resultado, afirmou ele, todo o conceito por trás do livro tinha falhas. Bertelli afirma quase a mesma coisa, dizendo que o livro era nascido de uma interpretação equivocada sobre a própria tradução do termo *militia*; muito mais acertado, segundo estes autores e o próprio Hankins, seria conectar este tratado com a reforma Guelfa de 1420, e não com uma crítica ao sistema *condottiere*⁸. E continua Hankins: a visão equivocada de Bayley sobre o texto de Bruni – “que afinal nunca menciona os *condottieri* ou mercenários – pode ser atribuída à influência do famoso livro de Hans Baron, *A Crise do Primeiro Renascimento Italiano*, de 1955”⁹. Além de Bayley, Baron teria também influenciado importantes analistas contemporâneos como Paolo Viti e Gualdo Rosa.

Deixando essa discussão um pouco de lado, é importante salientar que mantivemos a tradução de *militia* como “exército” e não como “cavalaria”, como sugere Kristeller, pois concordamos com o pressuposto de Bayley de que humanistas como Bruni, que tomaram a república romana como modelo para a política florentina de seus tempos, se incomodaram com o desuso da milícia comunal e o rompimento com o ideal romano de *civis armatus*¹⁰. Assim, o rompimento com esse ideal, que aloca e organiza os cidadãos como soldados, levou à elaboração de uma dura crítica aos *condottiere*.

Em linhas gerais, podemos dizer que o *De Militia* trata de quatro tópicos principais: (1) a origem e a verdadeira natureza da cavalaria; (2) a questão de saber se a cavalaria italiana moderna está em conformidade, no seu padrão geral, com ideias antigas sobre o serviço militar; (3) a questão de como um cavaleiro deve se vestir e (4) a questão de quais deveriam ser os deveres do cavaleiro em tempos de paz.

Levando em consideração as especificidades do sistema republicano florentino, Bruni deixa clara a incompatibilidade entre o mercenário e a natureza da república, tendo em vista que este não possui os mesmos critérios que orientam os cidadãos na defesa dos valores cívicos, estando mais

⁸ Idem, p. 6-7.

⁹ Ibid. p. 8. Segundo Hankins, “a obra de Baron, extremamente popular na América e na Itália durante a década de 1960, tendia a ler os escritos de Bruni como uma promoção do republicanismo e do governo popular. Assim, impressionado com a concepção de Baron de humanismo cívico, Bayley estava predisposto a ler *De militia* de Bruni como uma obra que defendia a substituição do sistema mercenário por soldados cidadãos. Portanto, a crítica ao trabalho de Bayley (e por tabela a sua convivência com os trabalhos de Baron) é tarefa bastante necessária, pois a interpretação de Baron e Bayley foi endossada por dois importantes estudiosos de Bruni, como Paolo Viti e Lucia Gualdo Rosa”. Para uma visão mais ampla acerca desse debate que envolve aqueles que defendem que há um republicanismo bruniano e aqueles que acreditam que ele nunca tenha existido ver: PINTO, F.; MORETTI, M. A historiografia do Humanismo Cívico e o pensamento político de Leonardo Bruni. *Revista Cantareira*, n. 34, 2021, p. 565-585.

¹⁰ BAYLEY, op. Cit., pag. 1.

preocupados com os valores que lhes serão pagos. A partir dessa crítica à ganância do soldado, o autor fornece mais um elemento essencial para a crítica aos mercenários: a verdadeira honra do soldado está em exercer essa nobre função garantida por juramento e não se preocupar com as honrarias que ele vier a alcançar, nem tampouco a posição política que vier a ocupar. É da natureza do soldado se preocupar apenas com a defesa dos seus concidadãos.

Partindo da defesa de uma milícia cidadã, a base essencial para o argumento é a *Política*, de Aristóteles: ele parte da proposição que o homem é um animal político (*Zoon Politikon*) e de que só se torna homem se estiver vinculado à *polis*. Diz Bruni: “a cidade é, de fato, a chefe e feitora de toda a vida e de todos os afazeres humanos. Ela distribui os ofícios entres os cidadãos, provê as necessidades, repele as adversidades, e, da reunião de muitos, traz suplementos às carências dos indivíduos¹¹”. Certamente, esta foi uma escolha natural para o autor. Afinal, ele tinha acabado de traduzir *A Ética à Nicômaco* (1418) e a *Economia pseudo-aristotélica* (1420), e em breve embarcaria na tradução da *Política*, que seria publicada em 1436¹². Deste modo, o estagirita é tanto uma fonte filosófica, quanto uma fonte histórica (e é dele que saem os exemplos de Phileas de Cartago, Hipodamos e do próprio Platão¹³), que defendem que os soldados são essenciais para a manutenção dos estados, cuja função protetora era “necessária e natural”; e que, portanto, as *militias* ou os *custodios* deveriam ser permanentemente constituídos como uma das três ordens ou classes do estado com responsabilidades e privilégios apropriados.

Logo após essa menção a Aristóteles, Bruni faz uso de artifício que ele conhece bem: compara a cidade ideal (aquela pensada pelos filósofos) com a cidade real, repetindo uma fórmula utilizada antes na *Laudatio* (1403-1404), onde ele cria a imagem de Florença como a cidade ideal para se viver: seja pelas suas construções arquitetônicas, beleza insuperável, salubridade (o que deixa a cidade com um verniz ainda mais moderno), seja pelo equilíbrio das suas instituições¹⁴. Dentro dessa perspectiva de que a perfeição de uma cidade está relacionada à sua autossuficiência (argumento desenvolvido tanto na *Laudatio* quanto no *De militia*), o mercenário seria justamente um indício de que a cidade não consegue suprir suas necessidades militares sem ajuda externa, elemento este fundamental tanto na cidade ideal quando na cidade real.

¹¹ Ver a página 7 desta tradução.

¹² Bruni havia começado a trabalhar na sua versão da *Política* para o latim já em meados da década de 1420, como podemos perceber nas citações de seu trabalho em andamento contidas em seu *De recta interpretatione* (1424/26).

¹³ Bruni também parece ter consultado a própria *República* de Platão, ou a tradução latina de Uberto Decembrio.

¹⁴ Sobre essa discussão, ver: PINTO, Fabrina M. Política, história e instituições republicanas no primeiro Quattrocento: a Florença de Leonardo Bruni. *Revista Maracanan*. Dossiê A cidade e suas imagens (24), 593–614.

Depois de estabelecer o significado filosófico do serviço militar como um exercício necessário à natureza do cidadão, Bruni volta seu olhar para a etimologia da palavra *miles*: aquele que afasta o mal do estado. Não nos cabe aqui aprofundar essa longa discussão etimológica, tratada em detalhes por Bayley¹⁵, mas ressaltar o paralelismo possível entre o método filosófico e o histórico destacado pelo humanista. Não é à toa que ele faz uso de exemplos históricos, como o de Hipodamo (engenheiro militar, planejador de cidades e o primeiro a investigar as melhores formas de governo), e de referências de peso como Tito Lívio e Cícero, destacando que na cidade real construída pelos romanos o serviço militar era tratado de forma diferente da tratada pelos filósofos. Apesar das diferenças entre elas, e do fato de ser Roma moralmente inferior à república dos filósofos, as cidades ideais eram espelhos distantes e perigosos de serem imitados. É a cidade real que interessa ao autor, e, portanto, como a ausência de uma milícia forte e moldada pelos valores morais corretos pode enfraquecer Florença. Nesse sentido, é de grande relevância para o humanista observar como a cidade de seu tempo se desviou de sua natureza conservando poucos vestígios de sua instituição original.

O último tema do tratado é o da função dos soldados em tempos de paz, questão que também interessa a Cícero, em seu *De officiis*. Para ambos, um soldado é por essência um guerreiro e em tempos de paz não há necessidade de guerreiros. Assim sendo, em Florença não há a necessidade que os soldados tenham uma função permanente na cidade. A única função que o soldado poderia exercer em tempos de paz é aquela que faz necessário o uso da força bruta para conter, por exemplo, uma guerra civil iminente. Assim, quando a milícia se torna permanente e o soldado não assume outra atividade (ou retorna à sua atividade de origem), ele se torna um peso para a república. Bruni, assim como Maquiavel fará logo depois, condena explicitamente o sistema de exércitos permanentes de mercenários que vai se formando por toda Itália ao longo do Renascimento.

¹⁵ Bayley dedica um capítulo de seu livro *War and Society in Renaissance Florence* à análise da estrutura retórica do texto e dos métodos clássicos utilizados em sua composição.

Tradução¹⁶: *De Militia*¹⁷, de Leonardo Bruni**(Do exército)**

A Reinaldo Albizi

Confesso, ilustríssimo homem¹⁸, que frequentemente tive dúvidas a respeito do exército de nosso tempo, que costuma ser visto como atribuidor de posição de dignidade e honra a homens excelentes, razão pela qual não sem curiosidade investiguei seu início e seu progresso. E a coisa é que, como descobri, ela é antiquíssima e suas raízes agem por toda essa mesma antiguidade¹⁹. É verdade, no entanto, que ela se degenerou por meio de seus vários costumes, e se desviou, no decorrer dos séculos, de seu caminho, de tal modo que se vê de sua natureza e de sua constituição primária apenas poucos vestígios. Não obstante, ela não se deixou obscurecer tanto que não se possam reconhecer a sua origem e o seu progresso.

Não foi apenas tua requisição, a que de qualquer forma não posso me negar, que me fez escrever a ti sobre esse assunto; também exerceu seu peso o exame de certo livro, a ti enviado por um homem, por assim dizer, excelente²⁰. Nele, esse homem promete que falará dos princípios de sua profissão, e que esse assunto certamente, conforme ele mesmo afirma, só pode ser tratado e

¹⁶ A Tradução aqui apresentada do *De Militia* do latim para o português foi feita por Alexander de Carvalho e a revisão (com base na tradução italiana), bem como a escrita da introdução e inserção das notas foram realizadas por Fabrina M. Pinto.

¹⁷ Para a tradução do *De Militia*, consultamos a edição de C.C Bayley, *War and Society in Renaissance Florence* (1963), mas utilizamos como base para esta tradução para o português a edição latim/italiano de Paolo Viti: *Leonardo Bruni, Opere letterarie e politiche*, de 2013. Alexander de Carvalho realizou a tradução com base no texto latino e Fabrina M. Pinto fez a revisão com base na tradução italiana de Paolo Viti, bem como a inclusão de notas explicativas e a escrita da introdução à obra bruniana.

¹⁸ Reinaldo de Maso Albizi nasceu em Florença, em 1370, e teve um notável papel diplomático na república, que fora testemunhado em sua *Commissioni*. Militarmente esteve envolvido, entre outras coisas, com a guerra contra Luca (entre 1430-1431), da qual foi um dos mais fervorosos apoiadores; mas foi acusado de excesso de poder, tendo que renunciar ao cargo de comissário que lhe fora atribuído. Foi o chefe da facção da oligarquia que se reconhecia com Nicolo da Uzzano; em 1433 venceu temporariamente a luta contra seus oponentes liderados por Cosimo de Médici, tendo sido este enviado para o exílio. Apenas onze meses depois, após a reversão de alianças e o apoio explícito do Papa Eugênio IV aos Médici, Rinaldo e seu partido foram derrotados, sendo ele exilado em Ancona. Seu irmão, Luca (1382-1458), foi, no entanto, um dos expoentes mais autoritários do partido dos Medici.

¹⁹ Assim como em Tito Lívio, 8, 8, 1-2. Viti menciona também como referência menos geral Giovanni di Salisbury, *Policraticus* 2, 24.

²⁰ A menção aqui é talvez ao *De re militari*, de Vegécio, cuja tradução fora realizada por Di Bono Giamboni, em 1417. O *De Re Militari Libri IV* ou *Epitoma Institutorum Rei Militaris*, cujo texto data do século V, foi produzido pelo escritor romano Publius Flavius Vegetius. Neste tratado sobre a ciência da guerra e os princípios militares, o autor apresenta os métodos e práticas militares em uso durante o auge do poderio romano. Este famoso livro de estratégia explica como os romanos organizaram seus exércitos, batalhas, cercos e estratégias de guerra. A obra continuou como guia militar durante a Idade Média sendo muito usada por generais e governantes para organizar os exércitos europeus, conduzir cercos, reforçar castelos, treinar soldados e conquistar nações inimigas. Por sua influência, os generais eram julgados e medidos em habilidades de guerra pelo seu conhecimento e compreensão de Vegécio.

empregado de modo inequívoco por si próprio. Nada, no entanto, do que pude perceber, se mostra tratado com o devido rigor, do mesmo modo como não nos é entregue nele nem a natureza nem a origem de seu tema. Na verdade, a coisa mesma a que ele deveria se ater foi tratada debilmente com distanciamento e carência, e tratou tanto do exército, quanto do ouro e da coroa apenas com interpretações muito aquém do necessário. Sabemos que essas interpretações são realmente muito fáceis e mero resultado do arbítrio de quem as profere, quando nenhuma coisa é tão muda, nenhuma tão dissidente em sua forma que não possa, por meio da invenção e do enfeite, ser referida a uma compreensão qualquer de virtude. Eu considero que não apenas os soldados devem ser exortados à virtude, mas todos os seres humanos. A virtude é comum a todos. Considero ainda ser daquele que escreve a tarefa de persistir no tema que se propôs a discutir, assim não fazendo algo diferente do que tenha declarado fazer. E acontece justamente que aquele autor fala das patentes e princípios das legiões, dos prêmios e penas dos soldados, coisas que a mim não parecem ser provadas e que, a bem da verdade, considero mesmo não serem verdadeiras.

Nós, portanto, desconsiderando esse texto que não interessa em nada refutar palavra por palavra, ataquemos nosso tema, se te agrada, até sua conclusão, primeiramente estabelecendo aquilo de que se deverá falar, de tal modo que se firmem limites para mim além dos quais não me seja permitido vagar, e tu, em contrapartida, já daqui ouve com muita atenção. O discurso inteiro será feito por nós de tal modo que o abriremos com a origem e instituição desse ilustre ofício para que a partir daí fique claro o que são a milícia e os soldados. Depois mostraremos de que modo nossa milícia é comparável àquela primeva e antiga. Em terceiro lugar, se parecer adequado, discorreremos sobre o ouro e os ornamentos militares, e se em tempos de paz cabe algum ofício ao soldado. Com tudo isso já discutido, o que ainda requererás? Não será demais? Levarei a termo este discurso, portanto, seguindo a mesma ordem já estipulada.

Primeiramente, sendo o ser humano um animal civil²¹, e o soldado é um homem, toda instituição militar deve se dirigir à *civitas*²², à cidade-estado, como sua parte fundamental. A cidade

²¹ A ideia aqui exposta deriva da *Política* (1252a-1253a), de Aristóteles. Sabemos que um dos guias filosóficos de Bruni é Aristóteles, e ele mesmo se considera um aristotélico (como na carta IX.4). O interesse nas obras do estagirita é tamanho que ele traduz para o latim a *Ética a Nicômaco*, em 1418, os *Econômicos* (obra até então atribuída à Aristóteles), em 1420, e em breve embarcaria na tradução da *Política*, que seria publicada em 1436. Sobre a tradução bruniana da *Ética* ver: HANKINS, James. Humanism in the Vernacular: The Case of Leonardo Bruni in: CELENZA, C.; GOUWENS, K. *Humanism and Creativity in the Renaissance. Essays in Honor of Ronald G. Witt*. Brill, 2006. Para a tradução bruniana da *Política* ver: PINTO, F. Leonardo Bruni e o seu projeto político de tradução in: *Territórios e Fronteiras*, v. 15, n. 2 (2022). Dossiê: Interpretações sobre a curiosidade, pp. 79-95. Para a edição das correspondências brunianas ver: BERNARD-PRADELLE, L. *Leonardo Bruni. Lettres Familières*. Tome 1 et 2. Presses Universitaires de la Méditerranée, 2014.

²² Optamos em manter no texto o termo latino *civitas* e não traduzi-lo para o seu correspondente cidadania.

é, de fato, a chefe e feitora de toda a vida e de todos os afazeres humanos. Ela distribui os ofícios entres os cidadãos, provê as necessidades, repele as adversidades e, da reunião de muitos, traz suplementos às carências dos indivíduos. De maneira que eventualmente esses ofícios dos homens devam ser estimados como corretos, os quais procedem de sua ordem e ordenações. A forma da cidade é dupla: uma mais refinada pensada por sábios, encontrada apenas nas cartas e na imaginação; outra que vemos no uso e na realidade. Os princípios da disciplina militar devem ser procurados por nós tanto numa quanto noutra, caso desejemos compreender a sua origem: isto é, qual cidade foi pensada pelos filósofos e qual, por sua vez, foi instituída em cidade real pelos antepassados.

Primeiramente vejamos o que, na cidade dos filósofos, eles ensinaram acerca da instituição militar. Todos os sábios concordam ser o ser humano por si só bastante frágil e inconstante, não se bastando a si mesmo de modo nenhum, no final das contas. Por isso os homens precisam de associação e de união, de tal modo que o indivíduo, na falta do que lhe é necessário, por meio da ajuda mútua da multidão reunida, receba aquilo de que precisa. Essa união de seres humanos em comunidade em vista dos benefícios da vida os gregos chamavam de *polis*, nós chamamos de *civitas*. Não obstante, nem toda reunião de humanos é *civitas*, cidade, mas apenas aquela que de todas as suas partes tenha conquistado perfeição de tal modo que não tenha necessidade de nenhum auxílio externo, tendo por si mesma o que basta para o bem viver. Quando, em vez disso, não basta a si mesma, não será chamada de cidade, pois é propriamente cidade aquela que contém a plena satisfação das carências para a fruição da vida. O gênero de seres humanos necessário a uma cidade, dos quais os membros combinados sejam absorvidos em um perfeito corpo civil, é o que é procurado pelos mesmos sábios. São realmente muito numerosas as necessidades se considerarmos os indivíduos. Se, em vez disso, as considerarmos por categoria, certamente são poucas.

Hipodamos de Mileto²³, que é tido tradicionalmente como o primeiro a ter escrito sobre a melhor condição da república²⁴, indicou três tipos humanos necessários para a cidade: um de

²³ Hipodamos de Mileto (498-408a.C) foi arquiteto, médico, matemático e filósofo. A Hipodamo atribui-se a obra *Estudo de Planejamento Urbano para o Pireu*, de 451 a.C. Tendo vivido no auge do período clássico, é considerado como o criador do conceito de que a planta de uma cidade pode formalmente materializar e explicitar uma ordem social racional. Ainda de acordo com o livro dois de Aristóteles na *Política* (1267b), Hipodamos foi um pioneiro do planejamento urbano, tendo concebido a sua República ideal habitada por 10.000 cidadãos (indivíduos naturais da cidade, do sexo masculino, livres), enquanto que a população em geral, incluindo mulheres, crianças, estrangeiros e escravos, atingiria as 50.000 pessoas. Estudou os problemas funcionais das cidades gregas e correlacionou-os com o sistema de administração do Estado. Como resultado, dividiu os cidadãos em três classes (uma dos artesãos, outra dos lavradores e a terceira dos guardiões, sendo que só esses possuíam armas), e também solo urbano era dividido em três partes (as terras sagradas, as públicas e as privadas).

²⁴ Para a tradução do termo *res publica* optamos pelo uso de república. Já a tradução italiana optou por manter o termo *Stato*.

agricultores, outro de artesãos, o terceiro de defensores na guerra e os guardadores das armas²⁵. Os agricultores para prover a colheita; os artesãos, as casas, roupas e outras coisas necessárias à vida; os defensores, por sua vez, para resguardar e proteger os agricultores e os artesãos e o seu trabalho. Aquela cidade em que se mostrarem presentes essas três categorias de homens será uma cidade perfeita. Agora podes perceber a origem do exército. E ele certamente tem uma origem natural e necessária. Nenhum agricultor nem artesão poderia perdurar numa cidade sem os defensores; por outro lado, os defensores sem os grãos e as outras coisas necessárias à vida fornecidas pelos agricultores e pelos artesãos também não perdurariam. Mas é da agregação desses três grupos que resulta um organismo suficiente e absoluto. Agora, finalmente, pode-se chamar de cidade aquela que se basta a si mesma. Afinal, dada a sua perspicácia, não penso que te escape que a cidade não seja, como pensa o vulgo, muros e casas, mas, na verdade, uma multidão de homens associados pelas leis. Portanto, essa multidão, cujos indivíduos por si mesmos empenhados em viver muitas coisas faltam, consegue um estado perfeito por meio dessa associação comum.

Hipodamo acreditava que três categorias de homens poderiam garantir tal coisa: os agricultores, os artesãos e os defensores na guerra, que nós chamamos de soldados. Daí se mostra evidente que o exército e os soldados não apenas resultam de um princípio louvável e honesto, mas também natural e necessário. Também Platão, em seus livros maravilhosos sobre a república, tendo elencado os agricultores e outros necessários para a constituição da cidade, antepôs em importância a todos os outros apenas um gênero de pessoa, aqueles que ele chamou de “guardiões”²⁶. A tarefa deles viria a ser, escreveu ele, manter as armas e proteger os outros cidadãos dos inimigos. A eles também se atribuíam magníficos privilégios, e eram tidos como merecedores de honrarias, plenos de dignidade. De acordo com Platão, eles deveriam ser firmes no uso de armas e ferozes contra o inimigo; por outro lado, deveriam ser benevolentes e gentis com os cidadãos.

Sei que estou expondo tudo isso de modo frágil, quase simplório, mas tal procedimento é necessário. [Os soldados] São, pois, como que os primeiros elementos de uma cidade, e como tais recebem mesmo uma amplitude tão grande no discurso. O que se segue, entretanto, pode se mostrar muito mais elaborado.

Depois de ter lançado os fundamentos da cidade e [de?] suas partes constitutivas, abre-se para os oradores todo o campo para o elogio da justiça, da piedade²⁷, da coragem. Considerando que

²⁵ A subdivisão em três categorias para uma cidade ideal indicada por Hipodamos (agricultores, artesãos e os soldados) também existe em Platão (*Rep.* 414b-515d), que assim as divide: a classe de ouro, composta pelos governantes; a prateada composta pelos guerreiros e a de bronze, composta pelos artesãos, agricultores, etc.

²⁶ É possível também chamá-los de “custódios”. Ver: Platão, *República*, 375b.

²⁷ Também pode ser traduzido por amor, como o faz o tradutor italiano Paolo Viti.

sem as cidades a vida humana não poderia existir, o amor à pátria e a morte em prol de sua salvaguarda são alçados ao céu por meio de magníficos elogios²⁸. Por isso os clamores de Demóstenes que exultavam todo o teatro ao elogiar os mortos pela pátria em Maratona, Artemísia e Salamina. Também por isso, dentre os nossos, os Décios, pai e filho, se sacrificaram em prol da salvaguarda de seus concidadãos. Igualmente Horácio Cocles, que pela proteção da pátria, se lançou contra o rei vencedor e mandou destruir atrás de si a ponte. Do mesmo modo são celebrados os Brutos, os Públicolas, os Camilos, os Cipiões. Por outro lado, os traidores e as vergonhas da pátria, nomeadamente os Catilinas, os Cétegos, Espúrio Mélio, Numitore Flagellano, a quem poderia faltar um discurso amplo e abundante? Claramente se percebe o quão digna é a defesa da cidade, quando se veem os males que se seguem quando ela está sob sítio: virgens são estupradas por seus próprios pais, as mães são arrastadas à libidinagem, as coisas sacras e as profanas se misturam, tudo se degrada em assassinatos e incêndios. Desse modo, àqueles homens que tenham conseguido glória por seus méritos, erigem-se estátuas geralmente com insígnia militar, como se fosse algo extraordinário ter sido tão notável em ações tão nobres²⁹. Tais feitos, assim como outros do mesmo tipo, podem, como dizemos, ser ainda mais distintos, se alguém os fizer acompanhar pelo esplendor e pela abundância das palavras. Quanto a nós, voltemos a nosso propósito.

Platão e Hipodamos, portanto, assim concordam. O próximo a escrever sobre a república foi Faléias de Catargo³⁰. Os agricultores e os defensores da guerra foram também por ele tratados quase como o foram por Hipodamos. Ele se diferenciava deste último, porém, no que diz respeito aos artesãos, pois, para ele, eles não devem ser parte da cidade, mas servidores públicos. Esta afirmação, creio, não seria ouvida de bom grado por todos em Florença, e, por conta disso, seu modo de pensar certamente não seria aprovado. Ele admite a escravidão como princípio natural, embora todos a reconheçam como contrária à natureza. Justamente por isso, tenhamos mais em conta os outros dois

²⁸ Essa discussão, bem como a defesa da *vita ativa*, tão cara a Bruni, está presente em Cícero (*De officiis*, 1, 18).

²⁹ Sobre este ponto ver: CÍCERO, *De officiis* 1,18. Essa questão aparece novamente na obra bruniana *Isagogicon moralis disciplinae*, escrito entre 1424 e 1426, que teve um grande êxito na Itália humanista, sobretudo como comentário à Ética aristotélica. Bruni foi o primeiro humanista a traduzir do grego a obra do filósofo clássico e lança as bases para o debate em torno do tema da vida ativa frente à contemplativa. A obra é, certamente, uma introdução à filosofia moral em que se destaca diretamente a polêmica contra a prevalescência da cultura oficial da filosofia natural, que seria menos útil na prática para os usos e as necessidades da vida civil que a filosofia moral. Para a sua tradução do latim para o francês ver: BERBARD-PRADELLE, Laurence. *Leonardo Bruni Aretino. Histoire, éloquence et poésie à Florence au début du Quattrocento*. Paris: Horoné-Campion, 2008, pp. 697-807.

³⁰ Ver: ARISTÓTES, *Política*, 1266a-1267b, onde, no entanto, em vez de Phileas de Cartago cita-se Faléias da Calcedônia. Não conhecemos Faléias a não ser por esta passagem da *Política*. Julga-se que ele viveu no século IV a.C, e tenha nascido em Cartago. No entanto, Aristóteles não o menciona na Constituição de Cartago (*Política*, I, II, cap. VII). Diz o estagirita: “(...) alguns pensam que o mais importante é regular convenientemente o que se refere às propriedades – é lá que eles veem as fontes de todas as revoluções. Faléias da Calcedônia foi o primeiro a tratar deste assunto; quer a igualdade de todos os cidadãos”.

e ainda outros que também os sigam no modo de pensar a divisão da cidade. Não há entre esses filósofos divergência apenas porque eles, embora falem do exército, usem um o termo defensores na guerra, o outro, guardiões.

E quanto a nós, reiteradamente pode-se ver que o termo soldado também guarda o mesmo sentido. Há entre os mais doutos e antigos praticamente três considerações sobre este mesmo termo³¹. Alguns reputam o termo soldado à tarefa comum de afastar o mal. Esta dedução, entretanto, é refutada por aqueles vistos como eruditos por ser inflexível e inepta. Não obstante, eles não entendem bem do que se trata aqui. Segundo o raciocínio da analogia, esta dedução é perfeita e claramente conveniente e justa. Ora, enquanto os agricultores produzem as colheitas anuais para o uso comum da cidade; e os artesãos, por seu lado, fornecem roupas, casas e outras coisas necessárias; os soldados prestam o serviço de manter o mal afastado da comunidade, de tal modo que protejam os cidadãos e providenciem que nenhum mal lhes seja infligido pelos inimigos. Tal como corretamente se diz daquele que cultiva, agricultor; daquele que produz, artesão; diz-se também corretamente do soldado que afasta o mal, soldado. É por meio do ofício que se dão os nomes numa sociedade civil. Desse modo o ofício de um é cultivar o campo, de outro exercer uma arte, o do soldado é afastar o mal. Portanto ótimo é o motivo, além de corretíssimo, crer que se chamam os soldados de soldados (*milites*), por afastarem o mal (*malum*), do mesmo modo é possível perceber porque Hipodamo os chamava de defensores na guerra, e Platão de guardiões. Realmente, aquele que afasta a guerra, o que afasta se não o mal? E aquele que afasta o mal dos cidadãos quem negaria ser guardião? Nos nomes há grande conveniência, embora *militia* (exército) diste bem pouco de *malitia* (malícia, mal), derivam-se uma e outra de *malum* (mal). Esta é a primeira interpretação acerca do termo *milis* (soldado), a meu juízo, elegante e verdadeira.

Outros consideraram tratar-se de uma tradução do grego, que na verdade significa dureza. Reside aí a razão para Platão ter chamado os guardiões das armas os duros. De modo nenhum convém serem molengas, quando sim duros no que suportam trabalhos e perigos, pois eles hão de pegar em armas, lutar contra o inimigo armado, suportar as marchas do serviço militar, lutar como soldado na pobreza, na fome e no gelo, e oferecer a própria segurança em prol da segurança de seus concidadãos. Sobre isso fala Virgílio esplendidamente em seu elogio à Itália: “Já de uma ascendência dura por nascimento, levamos os recém-nascidos ao rio, e os endurecemos ainda mais com a crueza do gelo e das ondas”³². A mesma coisa noutra parte: “Tendo-te à frente conduzimos o

³¹ Cf. CÍCERO, *De Officiis*, 1,7; 1,2.

³² VIRGÍLIO, *Eneida*, 9, 603-604. Tradução livre.

exército, grave trabalho de Marte”³³. A partir desses nomes, creio, que o que Platão chama de guardiões [“custodes”], Hipodamos chama de defensores na guerra, e nós chamamos de militares [“milites”], tanto que “miles” possui a sua origem em afastar o mal [“malum”], e que o mesmo defensor [“propulsator”] e guardião [“custos”] ambos se originam da palavra grega dureza.

Já uma terceira interpretação diz que militar (*miles*) vem do número mil (*mille*), tendo perdido uma letra, fenômeno comum também às outras duas interpretações, considerando que tanto os defensores quanto os guardiões dependem de grande quantidade de soldados e, para o uso na guerra, é necessário dividi-los em número, de onde dizemos centuriões e tribunos militares no exército.

Agora basta da primeira forma de cidade (*civitas*). Tratemos da outra, a partir da qual se formaram várias cidades e da qual dependem suas instituições e costumes. Examinemos fundamentalmente a cidade romana, a principal dentre as outras e melhormente constituída. Antes de tudo, entretanto, é preciso perceber isso: a primeira forma de cidade erige-se da razão; a segunda, da debilidade humana. Naquela, atende-se à vontade do fundador, nesta, por outro lado, ao poder. Dá-se a partir daí que, enquanto Platão e Hipodamos tenham colocado a classe militar separada das outras, o próprio Rômulo, fundador da cidade, instituiu que os militares não fossem discriminados e em momento nenhum separados dos outros cidadãos³⁴. Rômulo viu o quão necessário era o exército na cidade para a defesa contra o ímpeto dos inimigos, mas essa árdua tarefa seria difícil de realizar, se fossem sempre apenas os mesmos cidadãos a se encarregarem do serviço militar. Desse modo ele reteve essa função necessária na cidade, no entanto, intercalando-a de acordo com a condição dos homens, de tal modo que uns e outros a realizassem apenas por certo período de tempo. Por esse motivo, também o agricultor, quando por alguma vicissitude a república dele precisasse, largava o arado e pegava em armas; do mesmo modo, o artesão interrompia seu trabalho, transformando-se em soldado. Desse modo, de dois tipos de homens, eis que surgia um terceiro, não perpétuo, mas distinto apenas por um período de tempo. Partia para a expedição não o artesão, mas o soldado; voltava, entretanto, ao seu ofício não o soldado, mas o artesão. Pelo tempo em que estava ausente no exército pela república³⁵, gozava dos privilégios e honra do exército, ao voltar para casa, depois de deixar o serviço militar, não gozava mais dos privilégios nem da honra do exército. Desse

³³ VIRGÍLIO, *Eneida*, 8, 515-516. O trecho citado por Bruni difere ligeiramente do original, onde se lê: “tendo-te à frente conduzimos o exército e o grave trabalho de Marte”.

³⁴ TITO LIV., 1, 43.

³⁵ Optamos em traduzir *Res publica* por República. O tradutor italiano manteve *Stato*.

modo, como se se fizesse outro de si mesmo e se transmutasse com o tempo, cada um cumpria em turnos dois ofícios.

A atividade militar foi a tal ponto importante que era quase uma religião, tendo o soldado de prestar juramento, e quem não fosse soldado não poderia lutar contra o inimigo. Por isso, para que porventura não hesites, far-te-ei sujeito ao testemunho de Cícero e Catão. O que, de fato, maior que isso e mais certo poderia ser-te oferecido para ganhar tua fé? Estas palavras de Cícero estão no primeiro dos livros do *De officiis*: “Popílio governava a província em cujo exército militava como recruta o filho de Catão. Mas, ao dispensar uma legião, dispensou também o filho de Catão que militava naquela legião. Mas, tendo seu filho continuado no exército por amor à luta, Cato escreveu a Popílio dizendo que se ele quisesse continuar sob seu comando, que o obrigasse a prestar o juramento militar, e que antes de tal compromisso, de acordo com a lei, não poderia lutar contra o inimigo”³⁶. Há também uma carta do velho Catão a seu filho, na qual escreve ter sabido que ele fora dispensado pelo cônsul quando era soldado na guerra da Macedônia contra os Persas, por isso o admoesta a precaver-se de entrar em batalha, pois a lei nega àquele que não é soldado lutar contra o inimigo. Que testemunho rico, seja pela autoridade da testemunha seja pela magnitude das coisas testemunhadas. Seria possível reunir muitas testemunhas para provar esse ponto. Mas quem não vier a acreditar em Cícero e Catão, em quem mais iria acreditar? Mas observe quantas consequências podem ser tiradas de um único testemunho.

Três características foram expostas até agora por nós do exército de Rômulo. Em primeiro lugar que ele não era permanente, mas renovado com o tempo. Em segundo lugar que as legiões faziam de sua função um sacramento. Em terceiro lugar que quem não fosse soldado não deveria lutar contra o inimigo. Tudo isso é comprovado por apenas aquele testemunho riquíssimo. O que agora te peço é que guardes tal exposição na memória, pois é necessária para bem compreender o que queremos discutir adiante. Continuo agora com as características restantes.

Todo exército foi dividido por Rômulo de tal modo que os cidadãos que militassem, alguns fossem da infantaria, outros da cavalaria. Porque aos cavaleiros parecia ser dada certa excelência, tal honra era outorgada em consideração ou à riqueza ou à família ou à vida dos cidadãos ilustres. A dignidade do cavaleiro passou a ser tida como posição de nobreza e grandeza. Desse modo, a ordem equestre nasceu na cidade, e aqueles que fossem convocados para ela eram dignos dessa honra em relação ao resto da população, e sem dúvida pareciam elevados à nobreza e ao esplendor. E tal honra um cavaleiro não tinha apenas quando estava no exército ou na guerra, mas também em casa e na

³⁶ CÍCERO, *De officiis*, 1,11.

paz. Não porque ele então fosse soldado, mas porque sua dignidade era não a do soldado de infantaria, advindo da plebe mais baixa, quando sim de gênero militar mais elevado, a do cavaleiro. Da ordem equestre dava-se o acesso à do pretorado, do senado, do consulado; e quando os romanos atingiram estas dignidades, não se diziam mais do cavaleiro, mas sim do pretor ou do senador ou do cônsul. Do mesmo modo, se agora se desse o caso de nosso exército ser um reino ou um principado, não mais diríamos soldados, mas reis ou príncipes; ora, de fato, os que então obtinham essa maior dignidade eram assim chamados, ou seja, não mais cavaleiros, mas senadores ou cônsules. Aqueles que, primeiramente Rômulo, depois o rei Prisco Tarquínio, fizeram senadores romanos, e que advêm de famílias patrícias, não duvido que tenham sido escolhidos da ordem da cavalaria. Levando isso em conta, cabe mesmo dar crédito a essa ideia de nobreza, pois as outras famílias, ainda que nobres ou honradas com posições de cônsul ou de poder de mando, não advindo de uma linhagem de patrícios, eram chamadas de plebeias. A mim me parece correto dizer que em nada repugno que se tenha feito o início da nobreza a partir da plebe e da multidão, passando então pela dignidade da cavalaria; também não me oponho à ideia de se ir por graus ascendentes a posições superiores, deixando, assim os outros para trás; isso me toca mais que se os reis defendessem que ninguém além deles fosse nobre. Mas, certamente, como pode ser distinto aquele que não é rei, como pode ser nobre aquele que não é patrício?

Parece que também nas cidades da Gália, segundo um antigo costume, alça-se a ordem da cavalaria acima da plebe. Cesar, diligentíssimo observador e testemunha de suas instituições, nos livros que tratam da guerra conduzida por ele na Gália escreve do seguinte modo: “Em toda a Gália dos homens que são tidos em conta e em honra há dois gêneros, um dos cavaleiros e outro dos druidas, pois a plebe é considerada quase da classe de escravos”.³⁷ Isso é o mesmo que se dissesse: nas cidades da Gália há duas coisas que alçam os homens acima da plebe, a dignidade dos cavaleiros e a dos sacerdotes. À exceção desses dois gêneros, todos são plebeus. A plebe não era tida em conta nem em honra entre os gauleses; era considerada praticamente da classe dos escravos.

Rômulo não era assim, ele queria que a plebe tivesse direitos e liberdade. No entanto, ele distinguia os cavaleiros da plebe, pondo-os muito acima dela, de tal modo que eles a ultrapassavam em dignidade, grandeza e honra. Essa foi a ordenação de Rômulo para o exército, esse o formato de cidade por ele constituída, não falsa e nebulosa, mas verdadeira e sólida. O quanto aquele homem sublime e quase divino conferiu ao exército e quanta esperança depositou nele. Mostrou isso não apenas enquanto vivo, no que o instituiu e exerceu, mas também morto, no que o confirmou, se

³⁷ CÉSAR, *Gall*, 6, 13, I.

realmente suas derradeiras palavras a Júlio Prócuro tiverem sido estas: “Vai, anuncia aos Romanos quererem os céus que minha Roma seja a capital do mundo. Por isso cultivam e conhecem a arte da guerra, e transmitem à posteridade que nenhum poder humano pode resistir ao exército romano”³⁸. Tendo tido [dito?] isso, subiu aos céus.

Já foi satisfatoriamente demonstrado, a meu ver, numa e noutra forma de cidade qual é a origem e a natureza do exército, e partir daí também se pode deduzir o que seja o soldado. O soldado é, portanto, nada além de guardião dos cidadãos e defensor na guerra legalmente obrigado a esse papel por juramento. O exército é justamente aquilo que, sendo honestíssimo e maximamente necessário, existe para, conforme a natureza, manter a cidade segura.

Agora, já que terminamos o primeiro argumento, prosseguimos para observar de que modo o exército de nosso tempo está de acordo com as reflexões feitas até aqui. Para realizar tal raciocínio devemos retornar a duas coisas já ditas. Uma é que com frequência a nobreza presta serviço militar na cavalaria; a plebe, na infantaria. Outra que quem não é soldado não tem permissão para lutar contra o inimigo. Afirmo, com isso, que nosso exército observa essas duas características. Primeiramente, temos que quando se sai da plebe para a ordem da cavalaria, isso conduz ao esplendor e à nobreza; em segundo lugar que os defensores legítimos se fazem por meio de juramento. Por causa disso, mesmo os não nobres às vezes se elevam, seja por egrégia virtude, seja por aquisição de riqueza. Sendo assim distintos, procuram ser honrados com essa dignidade, buscando brilho para si mesmos e para sua descendência. Também às vezes homens nobilíssimos assumem, não por quererem nobreza, mas sim o mistério do sacramento militar. Uma e outra dessas coisas se dá nesse exército; ele oferece, porém, apenas o que falta àquele que tem necessidade. Desse modo, traz ao não nobre tanto uma quanto outra coisa. Já ao nobre, por possuir uma, apenas a outra. Nisso concorda também a doutrina dos filósofos e de Rômulo. O fato de que esse exército é perpétuo, não temporário, concorda com a doutrina dos filósofos, pois eles queriam que os soldados fossem fixos. No que se passavam uns da ordem da infantaria para a da cavalaria, concordava-se com Rômulo e ainda outros que não se distanciassem dele no ordenamento de suas cidades.

É possível ver que o vulgo, ao menos nesse assunto, de fato fala com mais perícia que alguém medianamente erudito. O vulgo fala de tal modo da honra que aí os cavalos tenham menção. Sendo assim quando a alguém é conferida tal dignidade, o vulgo diz que ele se fez cavaleiro e passam a se referir a ele como cavaleiro. No entanto, os medianamente eruditos dizem soldado, e é de fato um soldado. Isso não se pode negar de forma nenhuma, mas essa forma de chamar certamente não é

³⁸ TITO LIV., I, 16, 7.

satisfatoriamente dignificante. Ainda que seja soldado aquele que milite a pé ou a cavalo, a excelência da cavalaria é enorme, por isso prefiro chamar o cavaleiro pelo nome em que se dá sua dignidade própria em vez de o chamar por aquele que é comum a todos que militam.

Igualmente se alguém falando a nossos priores os chamasse não de priores, mas de cidadãos, diria certamente a verdade, mas não satisfaria sua honra. São na verdade não apenas cidadãos, mas têm também sua dignidade posta sobre a dos cidadãos comuns. São, então, os cavaleiros não apenas soldados, mas enquanto cavaleiros, ultrapassam em dignidade. Signo disso é o fato de que chamamos também de soldados aqueles encarregados de práticas não satisfatoriamente dignas, tal como aqueles que, jogando sortes, dividiram as vestes³⁹, aqueles que conduzem ao suplício e aqueles que custodiam os reis. De onde temos: soldado e rei estão presos pela mesma corrente. Consequentemente, junto aos peritos da eloquência, observei que a palavra soldado designa o infante; os cavaleiros, por outro lado, são mencionados com honra, porque para esclarecer o discurso cabe discernir com uma só palavra se o soldado é infante ou cavaleiro, nobre ou plebeu. Cavaleiro significa realmente um tipo de militar e de dignidade, e é a dignidade que hoje é referida. Mas já basta de tratar da palavra que, a quem queira, permita-lhe dizer livremente de qual uso e costume ela ganha seu sentido.

Nosso exército, portanto, é congruente sim com aquela instituição primeva e antiga. Deve-se considerar agora o que significa o ouro e as outras insígnias. Quanto a isso, homens rasos costumam vangloriar-se, em seus discursos, chegando à tolice de comentar que a virtude está no ouro e no esplendor. São eles, assim, daqueles que creditam ao ouro uma grande significação, e tanto valor a ele atribuem que pensam nele estar contida toda glória do exército, a tal ponto que se tirassem o ouro dos soldados não sobraria nenhum motivo para que quisessem ser soldados. Asseveram os soldados por essa insígnia e condecoração, e se fazem, assim, ilustres e egrégios na boca de todos. Sem ela, vagam eles entre as gentes e a vilíssima turba sem serem notados. Outros, no entanto, não atribuem nada ou muito pouco ao ouro, pelo fato de ser algo comum aos curandeiros⁴⁰ itinerantes, às prostitutas e - por Hércules! - às crianças e aos atores. O que o ouro pode ter de tão especial para ser admirado no soldado? O ferro, por sua vez, e as armas são-lhe próprias. Já o ouro e as pedras preciosas convêm mais ao mundo das mulheres.

³⁹ Menção de Bruni às vestes de Jesus após a crucificação. Cf. MATEUS, 27, 35.

⁴⁰ Bruni usa o termo “medicis”, mas o tom é pejorativo. A tradução italiana preferiu usar o termo charlatão, mas o adjetivo que se segue é “circumforanei”, itinerante. É interessante manter isso, pois informa que naquele período os “médicos” vagavam em busca de seus clientes.

Caso seja oportuno, decidamos entre essas duas considerações. Primeiro, creio que se deva atentar para o fato de que o ouro não compete a todos os soldados, mas apenas aos cavaleiros. Outro ponto: a dignidade da cavalaria existiu por muitos séculos sem o ouro. Consta, aliás, enquanto Rômulo reinava e por muito tempo ainda depois, que os cavaleiros não faziam nenhum uso de ouro. Com isso fica claro que nem por sua força nem por sua natureza o ouro pertence ao exército. Além disso, mesmo depois de o ouro passar a ser concedido aos cavaleiros, nem todos fizeram uso dele. Muitos, por conta da severidade dos antigos, desdenharam de portar ouro, como Caio Mário, Lúcio Sufídio, Calpúrnio e Manílio, além de outros certamente excelentes cavaleiros romanos, dos quais consta nunca terem querido fazer uso de ouro. Mesmo aqueles que fizeram, nada além de anéis de ouro portavam. Já os que não eram cavaleiros tinham o costume de portar anéis de ferro⁴¹.

Também os filhos dos cavaleiros, enquanto não eram adultos, usavam uma bula⁴² de ouro, o que se iniciou com o rei Lúcio Tarquínio, ao ter entregado uma a seu filho ainda impúbere. Desde então, tem-se que os filhos dos cavaleiros trazem uma bula de ouro no vestido de pretexta⁴³, porque era insígnia de nobreza. Os garotos da nobreza, portanto, se distinguiam dos da plebe pela bula dourada; os cavaleiros, pelo anel dourado, antes de tudo em tempos de paz. Já nas batalhas, era costume decorar as armas, especialmente entre os gauleses, dos quais fala o nosso Homero: “cabelos dourados e douradas vestimentas reluzem sobre seus saios listrados, além de seus colos lácteos serem rodeados de ouro”⁴⁴. Ficamos sabendo também que entre os gregos aquele prefeito do rei Alexandre foi o primeiro a inserir uma linha dourada nos sapatos. Mas nossos cavaleiros, não contentes com isso, também traziam como que um bracelete em torno de seus mantos. O primeiro uso do ouro feito pelos cavaleiros foi nos anéis, parca e moderadamente, de tal modo que se abstinham de usá-lo como coisa vã e fútil. Depois entrou tão largamente nos costumes, que o ouro não traz mais nenhuma dignidade, apenas ostenta. No soldado, significa antes de tudo a dignidade da cavalaria e serve como sinal para distinguir a nobreza da plebe. Os senadores se discriminavam dos cavaleiros pelo tipo de roupa; os cavaleiros da plebe, pelo anel de ouro.

Considerar que o uso do esplendor e brilho do ouro contenha alguma significação de virtude não é mais tolerável. Que alguém tente converter as vestes do senador em uma alegoria para a virtude: se suas mangas forem largas, dir-se-ia que quem as veste é amplamente capaz de virtude; se estreitas e curtas, significaria abstinência e parcimônia. Resumindo, nada há aí que não seja

⁴¹ CF.: PLÍNIO, *Nat.*, 33, 1,9-12; 33, 1, 30.

⁴² Bolinha de ouro que os filhos dos patrícios traziam ao pescoço até a idade dos dezessete anos.

⁴³ Toga branca, com barrado de cor púrpura, usada pelos jovens das famílias patrícias e altos magistrados na Roma antiga.

⁴⁴ VIRGÍLIO, *Eneida*, 8, 658-661 (tradução livre).

superficial em seu sentido. Ser o homem bípede pode significar muita coisa, mas aconteceria a mesma coisa se fosse trípede. Quanto a isso, dizem que brincou de modo extremamente espirituoso Luidgi Marsili⁴⁵, o homem mais esclarecido de nossa época tanto com relação ao conhecimento dos textos sagrados quanto das outras doutrinas, e quem, quando perguntado o que significam aqueles dois pontos da mitra episcopal, respondeu rindo: “Que cabe ao bispo conhecer o Novo e o Velho Testamento”. Então outro, considerando correto o dito, pergunta o que significam as fitas pendentes da mesma mitra até o colo. “As fitas”, responde, “jogadas para trás e de novo para a frente significam que o bispo não conhece nem o Novo nem o Velho testamento”. Desse modo, o doutíssimo homem zomba com lépido escárnio da estultícia e da vaidade de quem o interrogava. E é isto que se deve fazer com relação ao ouro do militar. Ora, todos os homens instruídos reconhecem que o ouro é muito mais próprio às mulheres que aos cavaleiros, e certamente passou das mulheres para os cavaleiros, não dos cavaleiros às mulheres. É, porém, como dizemos, apenas símbolo da dignidade da cavalaria, nenhum outro valor tem no exército; nem se deu concomitantemente com a dignidade da cavalaria, mas foi-lhe atribuído depois para distingui-la da plebe.

Também a coroa de oliva não é antiquíssima, mas posterior ao tempo de Fábio Máximo. Ele foi o primeiro a instituir que os cavaleiros romanos nos idos de julho demonstrassem seu triunfo num cortejo⁴⁶. Nesse cortejo era costume portar cordões de oliva. Daí manteve-se o costume de coroar com a fronde no ato de aceitação da dignidade da cavalaria, como se primeiramente no cortejo fossem adicionados mais ao número de cavaleiros. Todas as outras coroas são de mérito; essa, porém, não é tanto de mérito, mas de boa esperança. As outras são comuns tanto aos infantes quanto aos cavaleiros; essa é própria dos cavaleiros. Assim as valares, coroas concedidas ao primeiro a transpor as trincheiras dos inimigos; as murais, ao primeiro a escalar o muro; e as cívicas, ao primeiro a salvar um cidadão, eram entregues não só aos cavaleiros, mas também aos infantes. A mesma coisa se dava com as coroas *rostrata*⁴⁷ e *obsidionalis*⁴⁸. Mas essa que mencionamos é específica para os cavaleiros, e o costume não era de dá-la ao cavaleiro, mas o de ele a tomar, não como enfeite de mérito, mas como insígnia de dignidade. Que fosse feita principalmente da oliveira creditarei mais

⁴⁵ Luidgi Marsili nasce em Florença, em 1342, e morre em agosto de 1394. Entrou muito jovem na ordem Agostiniana, estudou em Paris, se tornando mestre de teologia. Em 1382 a senhoria o convidou como orador na França. De volta a Florença, no convento de Santo Espírito, deu vida a um cenário cultural intenso na cidade, que se torna ponto de encontro dos literatos reunidos em torno do humanista e chanceler Coluccio Salutati. Comentou algumas canções e escritos de Petrarca, mas foi também um profundo conhecedor da literatura pagã. Para a alternância entre os nomes Ludovico/Luidgi ver: GIOVANNI DALLE CELLE-LUIDGI MARSILI. *Lettere*, a cura di F. Giambonini. Firenze, 1991.

⁴⁶ PLÍNIO, Nat. 15, 5, 19.

⁴⁷ Coroa de esporões que se dava como condecoração de vitória naval.

⁴⁸ Coroa feita de grama que os sitiados davam a quem fazia levantar o sítio.

ao gosto que à razão, embora não ignore que tanto um quanto a outra podem ser trazidos aqui para explicar tal uso. Assim, o costume é que a cívica fosse feita do carvalho ou da azinheira; a *obsidionalis*, de grama; as murais, valares e rostratas, de ouro. Também se faziam coroas triunfais de louro, *ovalis*⁴⁹ de murta ou da oliveira, e isso considero ter sido feito porque essa ovação era direcionada não tanto ao general, mas comumente ao cavaleiro. No entanto, talvez tais coisas sejam alheias ao nosso propósito. Basta-nos mostrar que, segundo o costume antigo, os cavaleiros eram coroados com ramos de oliveira, e que agora ainda se mantém esse costume para servir à dignidade da cavalaria com muita razão.

Existem outros tipos de exército, certamente bárbaros e, a meu ver, supersticiosos, que não cabem a nós examinar. Investigamos aqui a disciplina romana no exército, tudo aquilo que dela se afasta consideramos agreste e bárbaro. E como a forma de batismo correta e louvável é a constituída pela Igreja, vemos como insensato e com certeza supersticioso o tipo de gente que altera a forma de batizar usando ferro ou fogo⁵⁰; do mesmo modo, a forma correta de conduzir o exército é a mostrada acima por nós. Os bárbaros, porém, a pervertem. Qual seja a origem do exército, de que modo o nosso atual lhe corresponde e o valor do ouro e das coroas, estou convencido de que já mostramos abundantemente.

Resta agora justamente o que deixamos por último: se em tempos de paz há algum dever reservado para o soldado. A respeito desse ponto, vejo muitos terem muitas opiniões, mas nenhum procede com razão ou método a fim de demonstrá-las, conduzindo-se mais por mera crença que por argumento provável. Entretanto, se for de agrado geral, examinemos essa questão de modo mais maduro.

Certamente é possível entrever que o soldado seja de alguma serventia em tempos de paz. Por que diríamos que ele não faz nada quando não há nenhuma guerra? Os cavaleiros romanos conduziam vários afazeres na cidade. Eles realizavam julgamentos, faziam a cobrança dos impostos e ainda se ocupavam de muitas outras coisas como cavaleiros. Por fim, tinham lugares cativos no teatro por conta da lei de Otoni⁵¹ para que, assim, não se misturassem com a plebe. Também vemos

⁴⁹ Coroa de murta usada por vencedores em triunfos menores.

⁵⁰ Segundo Paolo Viti, a referência polêmica é feita aos cátaros, os seguidores da heresia popular e dualista difundida na Europa entre os séculos XII e XIV, que propunha o renascimento da fé sob estreita adesão às Sagradas Escrituras e, sobretudo, ao Evangelho, mas, interpretando-as de forma profundamente diferente da Igreja Católica. Ver: VITI, op. Cit., p. 462.

⁵¹ Bruni faz menção a Lei Roscia Theatralis, proposta pelo tribuno Roscio Ottone, em 67 a.C., que reservou 14 filas de bons lugares no teatro para membros da ordem equestre. Os equites ou “cavaleiros” que gozavam deste privilégio não eram todos aqueles que cumpriam os requisitos de propriedade do censo para admissão à ordem, mas sim aqueles que tinham direito ao “cavalo público”, um menor e mais elitista.

nossos cavaleiros dedicando-se à magistratura, assumindo a tarefa de tutor, assim como tratando dos negócios da família e do aumento do patrimônio. Quem, portanto, negaria ser o cavaleiro alguém que mesmo em tempos de paz exerce com louvor uma tarefa ou um ofício? No entanto, dá-se o contrário disso quando o soldado exerce a função de defensor na guerra. O defensor propriamente dito não tem nenhum afazer em tempos de paz, do mesmo modo também não tem o combatente. Além disso, vê-se o nome soldado associado à guerra e ao acampamento, derivado ou de número ou da dureza das armas ou do mal trazido pelos inimigos que eles afastavam, o que dá razão para duvidar do papel do soldado longe da guerra.

O soldado bom e forte que ama seus concidadãos, quando volta do serviço militar para sua casa, ou nem tendo ido para alguma campanha militar, havendo paz e não sendo preciso que ele combata o inimigo externo, ficaria em casa inerte, não realizaria nenhuma tarefa em tempos de paz? Não considerando a justiça, a temperança e a liberdade, virtudes de homens pacíficos, o que proíbe que o soldado use a força, que é própria do exército, em sua terra? Se as viúvas são atacadas, se as crianças são espoliadas, se os mais fracos são usurpados de seus fundos paternos pelos mais poderosos por meio da força e das armas, em vendo isso tudo, o soldado não se oporia? Não resistiria? Estando a pátria abalada e perturbada por cidadãos maus, não ajudaria com inteligência e ações? Quão grande seria o exército se não deixássemos para ele também essas tarefas? Marco Túlio foi soldado no exército de Lúcio Sila. Quando voltou para casa, defendeu Sexto Roscio, acusado de parricídio⁵² por quem então dominava. Ação verdadeiramente vigorosa, realizada em tempos de paz, que salvou um cidadão de uma morte vergonhosa, mostrando-se assim mais gloriosa que alguma realizada em guerra. O pai de Roscio, homem rico e bom, mas inclemente com o filho muito mais que o comum, foi secretamente morto. O filho, por ocasião das discordâncias com o pai, foi acusado de ser o autor de sua morte pelo verdadeiro assassino. Os espólios iriam para Crisógono e Sila. Toda a coisa era infame, mas também conhecida. No entanto, por medo de Sila, que então dominava, ninguém ousava tomar a defesa de Roscio. Um jovem bom, inocente, e modesto, por uma calamidade, seria levado a um suplício lamentável, viria a ser costurado em um saco e jogado na correnteza. Assim teria perdido não apenas o pai, mas também o patrimônio; não apenas o

⁵² CÍCERO. *Pro Sex. Roscio Amerino*. O júri instituído pela lei sobre o assassinato foi, em razão da frequência deste crime, dividido em várias seções, afetadas por um dos modos pelos quais o assassinato havia sido cometido, como o caso de assassinos e de envenenamentos (de sicariis, de ueneficiis etc). No meio do séc. I a.C., em Roma, criou-se uma nova seção para julgar os crimes cometidos contra um parente próximo (de parricidio): é diante desta seção que Cícero advogou por Sex. Róscio. Ver: CICERONIS, M. Tulli. *Pro Sex. Roscio Amerino Oratio*. Disponível em http://www.thelatinlibrary.com/cicero/sex_rosc.shtm Ver também: DA ROSA, Cláudia Beltrão. *Retórica e Ação Política: A Complexio no Pro Roscio Amerino de Marco Túlio Cícero*. Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 125-145.

patrimônio, mas também a vida; não apenas a vida, mas também a reputação. Portanto, quanto vale a mais tê-lo salvado na justiça que na batalha? Na batalha, em caso de morte, a reputação permanece incólume, a glória aumenta e seu patrimônio consola os seus. Já no caso em questão, com apenas uma desonra tudo perece. Se, portanto, tal coisa acontece, não dizemos ser próprio do soldado de ânimo forte resistir? Paulino, cônsul, cujos bens os cães palatinos, em seu anseio e ambição, já teriam devorado não fosse Boetius, como ele mesmo conta, ter-lhes retirado da mandíbula enquanto estavam de boca aberta. Não atribuiremos aos soldados atitudes como essa e outras parecidas, que exigem força e apresentam grande perigo, pois se fazem contra adversários poderosos?

Falei de questões privadas. E quanto às públicas? Será que Metelo, tendo, com enorme perigo, se oposto a César, que estava destruindo Tarpeia, não é considerado como alguém que tenha feito algo louvável⁵³? E quanto àquele famoso Cipião, que matou com suas próprias mãos Tibério Graco, quem estava minando a república⁵⁴? E quanto a Caio Mário, que matou Saturnino? E quanto a Servílio Aala, que esmagou Espúrio Mélio, embora possam essas ações ter ocorrido em guerra ou, pelo menos, não em momentos de paz? Mas Valério Públicola, quem negará não ter realizado muito não apenas enquanto soldado, mas também em sua pátria⁵⁵? E Fábio Máximo, de insígnia glória no exército e na guerra, não estabilizou a república perturbada e periclitante, e dividiu em tribos urbanas a multidão, e por conta disso ganhou o sobrenome Máximo para si e sua descendência? E quanto a Camilo? Não foi ele o autor da permanência dos Romanos naquela cidade que ele tinha recuperado por meio das armas, quando eles tinham o plano tolo de migrar para Veio? E quanto a Marco Atílio Régulo, ele também um militar, não foi capturado pelos inimigos e enviado a Roma com o fim de efetuar uma troca de cativos, e dissuadiu a troca, por ter entendido que tal coisa seria em detrimento para a República? Por essa razão foi ele supliciado posteriormente pelos mesmos inimigos. Mas ele queria aconselhar sua pátria, não a si próprio, e antepôs a salvação da pátria à sua.

Sendo assim, essas ações egrégias realizadas na pátria, guardando os cidadãos das injúrias dos poderosos, ou defendendo e dirigindo a república, reputam alguns serem tarefas dos militares. Mas certamente se equivocam. Tudo isso é tarefa, como se diz, do bom homem e do bom cidadão, não do militar. E isso fica claro quanto a Roma, pois o serviço militar acabava quando os soldados retornavam para casa. Desse modo, Cícero não era soldado quando defendeu o Roscio, nem Boetius quando o Paulino, nem Matelo quando protegeu Tarpeia, nem Públio Cipião quando matou Tibério

⁵³ LUCANO, 3, 114-140.

⁵⁴ Segundo VITI (op. Cit., p. 462), todas essas referências derivam de CÍCERO, *Catilinárias*, 1, 1; 1-2. Para a referência a Servílio Ahala pode-se acrescentar LIV, 4, 14, 1-7.

⁵⁵ Ver: LIV., *Hist. De Roma*, 2, 16, 1-7 (Valerio Publicola); 9, 46, 14-15 (Fabio Massimo); 5, 49-54 (Furio Camilo)

Graco, nem Fábio ou Camilo ou Régulo quando recomendaram o anteriormente exposto. E se todos inicialmente tinham realizado serviço militar, seu serviço já tinha acabado. Consequentemente, eles não eram militares quando realizaram aquelas ações, nem é correto dizer que as coisas realizadas por eles então fossem militares. Eis porque no exército contemporâneo parece não haver tarefas ou deveres para o soldado em tempos de paz e em sua pátria. No nosso exército, que não queremos seja passageiro, mas perpétuo, pode dar-se maior ambiguidade, já que o soldado que volta para casa permanece a serviço do exército.

Mas certamente a razão parece compelir a considerar a mesma coisa com relação aos nossos soldados, isto é, dos soldados de nosso tempo. O ponto principal dessa consideração é ver de que modo aí se conduzem. Isso porque podem ser encontradas em um único homem muitas pessoas, como no cavaleiro florentino Felipe⁵⁶. Ele é soldado e cavaleiro, jurisconsulto e advogado, cidadão e homem, e, se não negares, também bom. Por isso é importante notar, quando faz algo, a pessoa dele que o faz. Coisa, aliás, que se deve observar diligentemente também nos outros. Assim, se um médico é escolhido pelo amigo para cuidar de órfãos, certamente administrará o cuidado. Não será, entretanto, o médico que realizará a tarefa de cuidar, mas o bom homem. Da mesma maneira, se um soldado defender Roscio na justiça ou persuadir em favor da República, não estará conduzindo uma tarefa de soldado, mas de bom homem, como se considera do orador e do senador. Dado que nossos soldados façam muitas coisas em tempos de paz, exerçam a magistratura, aconselhem a pátria, cultivem a amizade, tenham empreendimentos públicos e privados, exerçam a generosidade e a justiça entre os vizinhos, nada disso é dever do soldado, e ninguém leva a cabo essas ações como soldado.

Em tempos de paz, apenas um tipo de coisa se pode atribuir ao soldado. Qual seja, veremos. Primeiramente, retiremos todas as ações com exceção das de força, pois o exercício das outras virtudes é visto imediatamente como alheio ao dever militar. Já as ações de força se fazem no enfrentamento do máximo perigo e são, assim, louváveis. Isso fica claro na guerra, e certamente o dever do soldado está na guerra. Em tempos de paz, entretanto, essas mesmas ações de força são vistas como podendo pertencer ao soldado, mas não se devem realizar como uma certa habilidade

⁵⁶ Trata-se do florentino Filipe Corsini (1334-1421), parente de Reinaldo Albizi, uma das figuras mais significativas da classe dirigente e da cultura jurídica florentina da segunda metade do Trecento e de inícios do Quattrocento. Foi professor de direito civil e por cinco vezes alcançou o cargo mais importante na república: o de gonfaloneiro de justiça. O *gonfaloniere di giustizia* surgiu em 1289 como capitão de milícias profissionais encarregadas de defender o povo da cidade e seus líderes da opressão dos grandes potentados. Em 1293 foi regularizado como capitão do Colégio dos Piores, passando a se responsabilizar pela execução da Justiça, e em 1306 assumiu a liderança do governo civil. Assim permaneceu ao longo do período republicano de Florença. Durante o principado passou a ser o chefe dos magistrados.

ou conhecimento espetacular, mas com força bruta. Um poderoso atacava um mais fraco e o destituía de seu fundo paterno não por meio da lei ou da sentença judicial, mas da força das armas. Não se trata aqui de uma disputa judicial nem se requer a ação de advogados nem de oradores, mas de força bruta. Assim, o soldado se opõe e cuida do mais fraco não por conhecimento das leis, não por meio da eloquência e da arte de se expressar, pois isso pertence ao advogado ou ao orador, mas por meio da força de seu peito é que ele combate a injúria. Tudo isso pode-se dizer que é próprio do soldado em tempos de paz, e parece corresponder à estima e à fama de que goza. A fama, porém, como diz Homero, nunca é completamente vã, como o povo também não cansa de dizer⁵⁷. Todos realmente assim consideram e dizem, como se fosse dever dos soldados cuidar das viúvas e dos órfãos. Esses são os que mais sofrem violência por conta de sua debilidade, mas é preciso perceber que essa violência se estende também a outros indefesos.

Parece, então, que essas ações podem ser deixadas para os soldados. No entanto teria dúvidas quanto a isso, porque essas tarefas civis são distintas das obrigações que têm em guerra e em paz, claramente contrárias e de longe distintas. Sabemos pertencer o soldado à guerra e às armas, e que, em tempos de paz, misturá-lo com os cidadãos gera confusão na cidade, de tal forma que parece mais aceitável não conferir qualquer serviço ao soldado em tempos de paz, a não ser que talvez defendamos não haver paz quando a violência se abate sobre os cidadãos e serem, esses agressores, cidadãos apenas no nome, pois na verdade são inimigos. Em consequência, quando de algum modo houver guerra em tempos de paz, certamente haverá lugar para o trabalho do soldado.

Das outras coisas que são feitas em tempos de paz, algumas desonram o soldado, algumas podem ser feitas com louvor. Com louvor se realizam todas as ações honestas, ainda que ele não leve a cabo enquanto soldado. Desonram-no, entretanto, aquelas que são contrárias seja a seu dever de soldado, seja a sua carreira militar. Quando o trabalho do soldado é cuidar dos cidadãos, nada é menos aceitável do que ele mesmo fustigar os cidadãos com violência e injúria, de modo que de onde se espera salvação, daí emerge a maldade⁵⁸. As injúrias feitas pelos outros homens contra os cidadãos são vergonhosas, mas quando infligidas por um soldado são criminosas, ímpias, detestáveis. Quão detestável é quando um cidadão é atacado por um militar pode ser entendido pelo fato de que se um soldado abandona um cidadão quando ele tiver sido atacado por alguém, esse soldado é considerado traidor, do mesmo modo que é traidor o soldado que entrega ao inimigo o que lhe tinha ficado sob custódia. O soldado é guardião dos cidadãos por lealdade e por juramento,

⁵⁷ HOMERO, *Odisseia*, 19, 332-334.

⁵⁸ Essa mesma ideia é usada por Bruni em sua *Oratio a Nanni Strozzi*.

e por força e natureza de sua profissão está imbuído a fazer apenas isso, a pensar apenas nisso. Por isso, se preferir a defesa do concidadão, é considerado traidor, e ainda mais detestável será ele se ele mesmo afligir seu concidadão.

Em primeiro lugar, portanto, o soldado deve evitar causar danos ao cidadão, não o afetar com violência nem injúria, ações abertamente contrárias a seu ofício, o que não apenas desonraria e macularia o exército, mas também destruiria sua força e natureza. Sendo que este exército, como o queremos, é de serviço contínuo, não como no exército de Rômulo, em que se poderia voltar a outro ofício, a profissão à qual se consagra este exército parece exigir do soldado que ele tenha riqueza o suficiente para que não queira nunca mais desempenhar qualquer outra função, e que toda a sua ação se volte para a República e que ele se dedique a ela também no futuro. A esta função é contrário qualquer projeto de lucro. Por isso, embora em alguns ofícios o lucro seja decoroso, no soldado é sórdido e deformante. Ele é, na verdade, contra a própria profissão. E, de alguma forma, é visto como fugitivo e desertor aquele que, vinculado de modo sagrado ao exército, se imiscui novamente na turba e se põe a acumular dinheiro e vantagens. Eu que interdito veementemente o lucro ao soldado, ainda que a vantagem seja de todo honesta, que hei de julgar dos acúmulos sórdidos? A algo maior, a meu ver, deve dedicar-se o soldado e deve elevar-se a algo superior aquele que quer colocar-se sobre o vulgo e fazer-se por meio do exército sublime e admirável. A outros cabem outras coisas. Às mulheres, diz Homero, a manutenção do silêncio traz decoro, mas não aos homens⁵⁹. Da mesma forma dá-se com o soldado. Muitas coisas que são decorosas para os outros, ou pelo menos dignas de tolerância, são totalmente contrárias à dignidade do soldado⁶⁰.

Conheça, portanto, cada um a si mesmo e compreenda sua força e natureza. Este é um preceito extremamente sábio, cuja autoria se atribui a Deus e que se acredita ter descido do céu. Conheça, portanto, a si mesmo o soldado e contemple o que seu ofício e profissão postula, e não viva ao acaso como a maioria, mas proceda na vida de modo correto e estável. Assim, penso eu, preservará seu posto com mais propriedade. O soldado bom e que conhece a si mesmo, com frequência falará consigo mesmo o seguinte: “sou soldado, carrego comigo a grande honra do sacramento e o peso de minha profissão. Tendo alcançado a dignidade e o esplendor da cavalaria, tudo que é atribuído aos melhores também é atribuído a mim por conta desta dignidade pelos meus concidadãos, tanto no ordenamento público quanto no privado. O que devo, portanto, fazer? Talvez

⁵⁹ HOMERO, *Odisseia*, 1, 355-58.

⁶⁰ Sobre o decoro que o soldado deve ter, ver: CÍCERO, *Tusc.*, 1, 22. Ver também *De officis*, 1, 33. E, em relação ao desapego que o soldado deve ter ao desejo de ganhos, ver: ARISTÓTELES, *Política*, 1323b-1324a.

receber essa honra, sem apresentar nenhuma prova ou mérito de virtude? Talvez quando a dignidade por meio de sua honra me tenha transformado em algo diferente do que antes era, eu, por torpor e preguiça, ainda assim permanecer nas mesmas ações daquele que eu era antes, e, tendo me elevado ao sublime, retornar e me macular com a busca do brilho do ouro sem nem me envergonhar? Longe de mim esse fedor, longe de mim essa torpeza. Que sejam o bastante as riquezas que tenho, e que ela permaneça no âmbito do decoro e da honra. O meu propósito não é buscar a opulência, mas a glória, a grandeza, a beneficência, que são preferíveis largamente a toda e qualquer riqueza. Outros, entretanto, por sua vontade se dão a acumular dinheiro. Eu certamente preservarei a dignidade tanto em guerra quanto em paz, e à minha honra não anteporei não só a busca por dinheiro, mas tampouco a minha vida.” Coisas assim e parecidas dirá a si mesmo o soldado bom e generoso, e certamente o fará.

No entanto o soldado degenerado e desatento de si desvia-se, e ganha não apenas a indignação dos homens, mas também a indignação da pátria. E a pátria, por Hércules!, se pudesse falar, falaria assim: “O que tu, homem, pergunto, estás fazendo? Ou em que projeto tu te aplicas? A mim, pátria comum a todos, tendo-me estabelecido assim, nada faltaria exceto a guarda e a defesa contra os ataques dos inimigos. Por isso estabeleci que homens fossem escolhidos fortes e de grande expectativa para minha proteção; convidei almas sublimes e generosas a esse serviço de amor com a promessa de glória e honra. Mostrando os perigos a que se submeteriam, expus o peso dessa profissão, declarei que a própria salvaguarda deveria ceder à luta para proteger os concidadãos dos perigos, e que por tudo isso realizado obteria glória e honra para todos. Desse modo, se tomarem o decoro e a glória em mais alta conta que as vantagens anteriores, alistar-se-iam no exército. Mas se considerarem importantes justamente aquelas vantagens anteriores, não buscando assim nenhuma excelência, se perderiam na obscuridade. Tu, dado que sabes de tudo isso, e certamente não lhe sendo possível ignorá-lo, difunde teu nome no ilustre e glorioso serviço militar. Tendo declarado e prometido ao exército, admite-te, recebe-te e concede-te honras, levando-te ao grau de excelência e insígnia. Por que, portanto, agora tergiversas? Por que desertas teu posto? Por que maculas a insígnia dada a ti por mim? Quis que o propósito dos meus soldados fosse a força não ignava, a busca de glória, não o acúmulo de riquezas. Se és forte e generoso, tens altas expectativas, almejas a glória e a celebridade de teu nome, do mesmo modo que abraças tua profissão, desdenha das coisas vis. Mas se é degenerado e indecoroso, por que me desapontas com falsa insígnia? Não se deve admitir que ganhe honra acima dos outros justamente aquele que é par e semelhante aos outros. Por isso, cumpre

teu dever de soldado a mim, ou dispa-te da falsa persona de soldado⁶¹”. Se, portanto, a pátria pudesse falar, tudo isso com certeza falaria, tendo nisso mérito e ótimo julgamento.

Mas agora já é o bastante, creio. Tudo de que, no início, prometemos falar, falamos. Tendo chegado a isto, coloquemos um fim agora ao discurso.

Referências Bibliográficas

ARISTOTELE. **Política**. A cura di Carlo Augusto Viano. Milano: BUR Classici greci e latini, 2017.

BAILEY, Charles Calvert. **War and Society in Renaissance Florence: De Militia of Leonardo Bruni**. University of Toronto Press. 1961.

BARON, Hans **From Petrarch to Bruni, studies in humanist and political literature**. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

BARON, Hans. **Search of Florentine civic humanism**. Princeton University Press, 1989.

BARON, Hans. **The crisis of the early Italian Renaissance**. Princeton University Press, 1955.

BERNARD-PRADELLE, L. **Lettres Familières**. Tome 1 et 2. Presses Universitaires de la Méditerranée, 2014.

BIGNOTTO, Newton.(org.) **Matrizes do Republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BIGNOTTO, Newton. **Origens do Republicanismo Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BOTLEY, P. **Latin translation in the Renaissance**. The theory and practice of Leonardo Bruni, Giannozzo Manetti and Desiderius Erasmus. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BRUNI, Leonardo. De Militia. In: **Opere letterarie e politiche**. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese.1996.

BRUNI, Leonardo. **History of the Florentine People**. Edited and Translated By James Hankins. Harvard University Press, 2001-2007.

BRUNI, Leonardo. Elogio da cidade de Florença. Tradução e revisão Fabrina Magalhães Pinto e Alexander Viana. **Revista Morus**, Campinas, v. 11. n. 2, p. 245-335, 2016.

CÉSAR. **A Guerra das Gálias**. Editora Sílabo, 2004.

⁶¹ Não encontramos referência para esta longa citação de Bruni.

CÍCERO. **De officiis (Dos Deveres)**. SP: Martins Fontes, 1999.

CÍCERO, **Catilinárias**. Porto: Edições 70, 1989.

DA ROSA, Cláudia Beltrão. **Retórica e Ação Política: A Complexio no Pro Roscio Amerino de Marco Túlio Cícero**. Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 125-145.

GIOVANNI DALLE CELLE-LUIDGI MARSILI. **Lettere**: a cura di F. Giambonini. Firenze: Istituto nazionale di studi sul Rinascimento. Studi e testi, vol. 22, 1991.

GRIFFITHS, G; HANKINS, J; THOMPSON, D. (ed.). **The Humanismo of Leonardo Bruni**. Selected Texts. Birmingham: New-York. Renaissance Society of America, 1987, p. 15-46.

GUALDO. G. Leonardo Bruni segretario papape (1405-1415) in: **Leonardo Bruni Cancelliere della Repubblica di Firenze**, Convegno di studi (Firenze, 27-29 ottobre 1987), éd. P. Viti, Firenze 1990, pp. 73-96.

GUALDO ROSA, L. L'elogio dele lettere e dele armi nell'opera di Leonardo Bruni, in: **Sapere è potere**. Discipline, dispute e professioni nell'Università medievale e moderna. Il caso bolognese a confronto, a cura di L. AVELLINI, introduzioni di A. Battistini. Bologna, 1990, pp. 103-115.

HANKINS, J. **Plato in Renaissance**, Leida: Brill, 1991, vol. 1.

HANKINS, James. (org). **Renaissance Civic Humanism**. Cambridge University Press, 2000.

HANKINS, James. **Rhetoric, history, and ideology: the civic panegyrics of Leonardo Bruni**. In:

HANKINS, James. (org). **Renaissance Civic Humanism**. Cambridge University Press, 2000.

HANKINS, James. **Humanism in the Vernacular: The Case of Leonardo Bruni** in: CELENZA, C.;

GOUWENS, K. **Humanism and Creativity in the Renaissance**. Essays in Honor of Ronald G. Witt. Brill, 2006.

HANKINS, James. (edit.) **The Cambridge Companion to Renaissance Philosophy**. Cambridge University Press, 2007.

HANKINS, James. **Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia**. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011. Link: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:5473602>

HANKINS, J. Coluccio Salutati e Leonardo Bruni. In: CILIBERTO, M. (org.). **Enciclopedia Italiana. Ottava appendice**. Il contributo italiano alla storia del pensiero. Filosofia, Roma 2012, 85-94.

HÖRNQVIST, Mikael. **Art and politics in Renaissance Italy**. Oxford University Press, 1995.

IANZITI, G. **The Plutarchan Option: Leonardo Bruni's Early Careers in History, 1405-1414.**

MANSFIELD, C, Harvey. Bruni and Machiavelli on civic humanism In: HANKINS, James. (org). **Renaissance Civic Humanism.** Cambridge University Press, 2000.

NAJEMY, M, John. Civic humanism and Florentine politics In: HANKINS, James. (org). **Renaissance Civic Humanism.** Cambridge University Press, 2000.

PINTO, F. Leonardo Bruni e o seu projeto político de tradução in: **Territórios e Fronteiras**, v. 15, n. 2 (2022). Dossiê: Interpretações sobre a curiosidade, pp. 79-95.

PINTO, F.; MORETTI, M. A historiografia do Humanismo Cívico e o pensamento político de Leonardo Bruni. **Revista Cantareira**, n. 34, 2021, p. 565-585.
<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/42912/28094>

PINTO, Fabrina M. Política, história e instituições republicanas no primeiro Quattrocento: a Florença de Leonardo Bruni. **Revista Maracanan**. Dossiê A cidade e suas imagens (24), 593–614.
<https://doi.org/10.12957/revmar.2020.48035>

PLATÃO. **República.** Editora Perspectiva, 2010.

TITO LÍVIO. **História de Roma** (6 vols). Editora Paumapé, 2024.

VIRGÍLIO, **Eneida.** Editora 34, 2016.